

61

Reunião ordinária**Data: 2023-12-21****Início: 09.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 11.10 horas****Presenças:**

Presidente	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
Vereadores	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão
	Hélder Duarte Henriques
	Luís António Antunes Francisco
	Rita Freitas da Cunha

Secretária da reunião – Maria João Brites da Costa Henriques**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na sua atual redação (88/PPRC/PR/2023)-----****ORDEM DO DIA-----****BALANCETE-----****PROPOSTAS:-----****PROPOSTA DO PRESIDENTE:-----****N.º 01 – APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE TOMAR (6607/ENTE/DAJA/2023 - 471/EDIF/DGT/2020)-----****GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR TOMARINVESTE:-----****N.º 02 – OFFÍCIO COWORK DE TOMAR – relatório de acompanhamento (23/PGEN/GAIT/2023)-----****DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----****N.º 03 – CEDÊNCIA DE VIATURA – Ginásio Clube de Tomar (6647/ENTE/DAJA/2023) ----****N.º 04 – CEDÊNCIA DE MATERIAL – Junta de Freguesia de Serra e Junceira (6721/ENTE/DAJA/2023 - 14/DIVER/DOM/2014)-----**



62

N.º 05 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA EN110, NO TROÇO ENTRE A PRACETA SANTO ANDRÉ E A AVENIDA MARIA DE LOURDES MELLO E CASTRO – receção definitiva (6341/ENTE/DAJA/2023 - 58/CONPUB/DOM/2013) -----

N.º 06 - UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA DA REPÚBLICA - isenção de tarifas (380/PGEN/DOM/2023 - 3/PQEST/DOM/2013)-----

N.º 07 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2+3 GUALDIM PAIS – Prorrogação do prazo para apresentação de propostas (164/CPUB/DF/2023 - 1/ESCOL/EPTH/2013) -----

N.º 08 – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS ARRANJOS EXTERIORES E ARRUAMENTOS NO FLECHEIRO - 3ª FASE - Proposta de contenção da margem do rio (405/EMPR/DOM/2023) -----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 09 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – KIK Têxteis e Non-Food, Unipessoal, limitada (6517/ENTE/DAJA/2023 - 1/PUBLI/DAJA/2023) -----

N.º 10 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Girod Médias Portugal, Sociedade Unipessoal Limitada (6659/ENTE/DAJA/2023 - 1/PUBLI/DAJA/2023) -----

N.º 11 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Girod Médias Portugal, Sociedade Unipessoal Limitada (6652/ENTE/DAJA/2023 - 1/PUBLI/DAJA/2021) -----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 12 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Associação Cultural e Recreativa da Linhaceira (5418/ENTE/DAJA/2023 - 1/APOIOS/DADJ/2019) -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 13 – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL SITO NA RUA DOS CONSTRUTORES CIVIS – João Manuel Sampaio Stoffel Magalhães (88/AGEN/DGT/2023 - 693/DIVER/DGT/2023) -----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL: -----

N.º 14 – DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL – atividade operacional no mês de novembro de 2023 (642/PGEN/DPC/2023) -----

N.º 15 – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – dados estatísticos referentes ao ano de 2023 (89/PGEN/GMV/2023) -----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA: -----

N.º 16 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – abertura em dias feriados do ano de 2024 (155/PGEN/GELS/2023 - 1/DIVER/GELS/2023)-----



N.º 17 – PREÇO DE BILHETES DE INGRESSO EM ESPETÁCULOS (257/PGEN/DTC/2023 - 8/DIVER/DTC/2014)-----

N.º 18 – LOJA DO TURISMO – PREÇOS DE VENDA (263/PGEN/DTC/2023 - 8/DIVER/DTC/2014)-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 19 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Sport Club Operário de Cem Soldos (6741/ENTE/DAJA/2023 - 15/DIVER/PR/2013)-----

Sendo nove horas e trinta minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao ato da tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança de Tomar, nos termos e fundamentos exarados na respetiva ata, num total de oito páginas, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata e aqui se dá por reproduzida.-----

De seguida, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu a responsabilidade da Câmara Municipal na manutenção das vias que atravessam o concelho, por forma a contribuir para a prevenção de acidentes rodoviários; ao desgaste natural da sua utilização ao longo do tempo, acrescem os efeitos externos decorrentes de ruturas da rede de água, ou das ligações de ramais de água e de saneamento, e deverá haver a preocupação de as zelar e de assegurar as condições de segurança, o que não acontece em muitos casos, como por exemplo, na estrada municipal quinhentos e trinta três, em Aboboreiras, na estrada municipal que liga o Prado a Casais, na estrada municipal quinhentos e trinta e três, que liga São Pedro à Cabine, ou na estrada municipal quinhentos e trinta e quatro, que atravessa São Pedro, junto ao cemitério; existem muitos pontos negros e têm ocorrido vários acidentes, alguns com grande gravidade, e gostaria de saber qual é o plano que existe para intervir nesses locais. Solicitou o fornecimento dos relatórios dos acidentes que ocorreram nos anos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, detalhados por freguesia, logo que estejam disponíveis.-----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que os relatórios serão dados a conhecer a este órgão logo que sejam rececionados, como é habitual. Sublinhou que o concelho tem muitos quilómetros de vias e algumas estão sem intervenção há décadas, e não é possível intervir em todo o lado ao mesmo tempo, sendo certo que, ainda assim, é fácil reconhecer o esforço que tem sido feito nesse sentido, concretamente nas estradas do Alqueidão e de São Simão, e na estrada de acesso ao Castelo do Bode; ponderando o número de pessoas que serve e o estado



de conservação em que se encontra, a estrada municipal mil cento e dezanove, em São Pedro, é provavelmente a que está em pior estado, estando a ser terminado o projeto; será uma obra muito dispendiosa tendo em conta que, na prática, será quase fazer uma estrada nova. Adiantou que solicitou aos serviços que, elencassem, na perspetiva técnica, as situações que necessitam de maior intervenção; é provável que uma ou outra tenha sido identificada pela Sra. Vereadora, mas haverá com certeza outras; quando a informação for prestada, haverá que definir prioridades, desde logo para o próximo ano, porque o orçamento não chega para tudo. Sublinhou que a maioria das vias apresenta condições de segurança e é necessário que os limites de velocidade sejam respeitados, em particular no atravessamento de localidades. -

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes solicitou acesso à informação que vier a ser prestada pelos serviços. -----

O Sr. Presidente referiu que a informação poderá ser partilhada quando estiver concluída. ---

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que, mais uma vez, não foi dado aos vereadores do PSD um período de tempo razoável para se prepararem para a reunião; receberam a ordem do dia e os respetivos documentos na segunda-feira à noite e, apesar de ter sido respeitado o prazo legal, não deixa de ser uma falta de consideração para com eles, porque têm as suas profissões e estiveram ao serviço do município nas noites de terça e de quarta-feira. Saliu que se aproxima o final do terceiro mês da atual presidência deste órgão e ainda não tiveram acesso a qualquer despacho que tenha sido produzido no uso das competências delegadas por este órgão no seu presidente, o que começa a ser estranho demais; apesar de desconhecer o funcionamento do processo informático interno, parece uma mera questão de exportação de dados, e não parece haver justificação para que continuem a desconhecer alterações orçamentais, eventuais adjudicações e outras matérias que seria importante ver, conhecer e perceber. Realçou o interesse dos vereadores do PSD na prestação de contas do Município relativas à Festa dos Tabuleiros e apesar de o Sr. Presidente já ter dito, várias vezes, que tem a intenção que as contas sejam apresentadas em conjunto com a Comissão da Festa, continua sem se saber quando é que isso acontecerá ou se já há uma data acordada, o que questiona. -

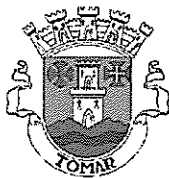
Em resposta, o Sr. Presidente referiu que todos os intervenientes na preparação da ordem do dia preferiam que pudesse acontecer mais cedo, mas é o possível, sendo certo que, nesta reunião, até é ligeirinha e não precisaria de imenso trabalho de preparação, para além de que todos os presentes tiveram os mesmos compromissos nos dias indicados. Reiterou que os serviços não conseguem fazer tudo ao mesmo tempo e a listagem dos despachos será apresentada quando estiver preparada, sendo certo que não há nada para esconder. Informou



65

que o Sr. Mordomo da Festa dos Tabuleiros lhe transmitiu que não queria fechar as contas sem estarem efetivamente entregues os patrocínios de duas ou três grandes empresas; percebe que se queira fazer disso um grande assunto, e um caso político, mas, face ao histórico anterior, estão muito a tempo de prestar contas (na última festa, a Comissão da Festa apresentou as contas em abril do ano seguinte e, noutros anos, ainda se espera que aconteça) sendo certo que, da parte do Município, está tudo pronto.-----

O Sr. Vereador Tiago Carrão sublinhou que todas as reuniões merecem igual atenção aos vereadores do PSD e é a eles que cabe decidir os temas que são ou não relevantes e se a reunião merece ou não merece trabalho preparatório, para além de que o Sr. Presidente parece ter-se esquecido que, ao contrário dos eleitos do PS, não estão nisto a tempo inteiro. Salientou que não acredita assim tanto em coincidências e gostaria de perceber que estrangulamento aconteceu nos serviços, desde que a presidência mudou de titular, que leva a que não seja possível apresentar regularmente a este órgão os despachos produzidos, porque três meses é muito tempo e, pelo menos no atual mandato, a situação nunca se verificou; os serviços terão sempre muito que fazer e assuntos que terão que ter prioridade, mas sempre assim foi e nunca deixaram de cumprir essa obrigação. Realçou que o Sr. Presidente, para responder à questão das contas da Festa dos Tabuleiros, optou por, mais uma vez, pegar em históricos anteriores; tantas vezes acontece que poderia querer fazer melhor, ou tentar fazer diferente, mas, afinal, só quer mostrar que, se faz igual aos outros, está tudo bem. Continuando, referiu que, em dois mil e dezanove, a Câmara celebrou um contrato com a Ferroviária, com duração de dezasseis anos, e valor aproximado de onze milhões de euros, boa parte para substituição da iluminação tradicional por lâmpadas LED, com efeitos neste mandato e nos três seguintes (até à data já foram pagos cerca de dois milhões e trezentos mil euros, e está previsto pagar cerca de oitocentos mil euros no próximo ano; seiscentos e oitenta e seis mil euros, até dois mil e vinte oito; e quatro milhões e seiscentos mil euros, entre dois mil e vinte e nove e dois mil e trinta e cinco). Perguntou se está concluída a substituição por lâmpadas LED na área do concelho e se, na parte da inteligência que serviria para monitorização em tempo real das falhas de iluminação, por exemplo, está tudo a funcionar; por outro lado, o contrato previa, com o envolvimento da Softinsa e da IBM, quatro projetos piloto de monitorização da utilização das bocas de incêndio, da qualidade do ar e da água e dos níveis de cheia do rio Nabão, e de implementação de um software de inteligência artificial para gerir todo o sistema, e gostaria de obter informação sobre a situação atual destes projetos.-----



66

Em resposta, o Sr. Presidente retomou a questão da Festa dos Tabuleiros solicitando ao Sr. Vereador que seja claro porque não é a Câmara que organiza o evento, ou que apresenta as respetivas contas, nem nunca foi; se acha que a Comissão ou o Sr. Mordomo já as deviam ter apresentado, e se quer fazer críticas, deve assumi-las e dizê-lo e com todas as palavras, em vez de estar sempre a tentar criar soundbites e ruídos, e a culpar a Câmara de tudo. Sublinhou que o projeto de substituição da iluminação pública foi pioneiro no país e exige trabalho contínuo, até porque, aproveitando a tecnologia que ficou disponível, se pode sempre associar outros serviços à rede e estabelecer outras parcerias; foram instalados dois tipos de BIPS, um de modelo mais alongado, na generalidade das vias, e outro modelo, em cone invertido, essencialmente no espaço urbano, e numa ou outra aldeia; em situações mais excecionais (como os candeeiros da Ponte Nova e os dois candeeiros do portão da entrada da ilha do Mouchão) foi mantida a tipologia das luminárias existentes e houve necessidade de executar um interior à medida, o que demorou mais tempo; a indicação que tem é que, no essencial, está tudo substituído, mas pode admitir que, nalguma freguesia, possa existir algum que ainda não tenha sido, mas será uma situação muito residual, que deverá ser reportada; coisa diferente é a perceção de que, em determinado poste deveria estar um BIP; por outro lado, nem todas as funcionalidades que ficaram definidas desde início estão a funcionar totalmente, nomeadamente a deteção das avarias e imediata substituição dos BIP, onde tem acontecido uma ou outra falha, que têm reportado à empresa que, muitas vezes, não tem o material disponível para que isso possa acontecer e terá que encontrar solução para a questão. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão realçou que o Sr. Presidente não esteve atento e tenta colocar na sua boca palavras que não disse tanto mais que, no início da sua intervenção, perguntou claramente sobre as contas do Município em relação à Festa dos Tabuleiros, ou seja sobre a forma como foi feito o investimento municipal, e, numa reunião anterior, questionou se não faria sentido que a informação que se pretende apresentar em conjunto com a Comissão chegasse previamente aos vereadores, para que não ficassem a conhecê-la numa apresentação pública. Retomando a questão do contrato com a Ferrovial, perguntou se se mantém a intenção de avançar com os tais projetos mais inovadores que, decorrido um quarto do prazo contratual, ainda não estão implementados, e, tão ou mais importante, se, nestes quatro anos, a Câmara Municipal já conseguiu obter poupança no consumo de energia, como se preconizava com este projeto que envolveu um investimento tão significativo (em dois mil e dezanove, havia a previsão de poupança de onze milhões de euros na fatura da iluminação pública e, apesar de não ser assim tão linear, desde logo face aos aumentos da energia, já



67

teriam poupado quase três milhões). Referiu que foi feito um investimento de cerca de duzentos e cinquenta mil euros no projeto do estacionamento inteligente que, em teoria, permitiria perceber qual o estado do estacionamento através de uma aplicação/site; mesmo que tudo funcionasse, não lhe parece que tenha uma grande utilização porque as pessoas, pelo menos aquelas com quem fala, desconhecem sequer que a solução exista, pelo que a divulgação estará a falhar; seria interessante saber quantas pessoas acedem e quantas pessoas instalaram a aplicação, o que solicita; acresce que não lhe parece que esteja a funcionar muito bem porque, neste momento, por exemplo, não é possível aceder e, quando se consegue, os números não batem certo, e ora dá lugares disponíveis que não estão ora os números não estão atualizados nos vários parques e lugares livres ao longo da cidade, pelo que questiona o que se passa. Recordou que, em dois mil e vinte, a Sra. Presidente informou, na comunicação social, que tinha intensificado as negociações com o proprietário da Quinta da Granja para garantir um acesso público ao Açude de Pedra, o que envolveria algumas contrapartidas por parte da Câmara Municipal, nomeadamente a eventual criação de algumas infraestruturas para delimitar a propriedade; desde então, nada mais se disse sobre o assunto pelo que questiona se a pretensão ficou inviabilizada, e porquê, ou se o plano se mantém e a questão está a ser estudada. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que, apesar de não ter aqui os números, é mais ou menos evidente que a substituição de seis mil BIP de tecnologia sódio por outros tantos de tecnologia LED gera uma enorme poupança energética, a que acresce a qualidade da iluminação. Realçou que quando se refere o gasto de duzentos e cinquenta mil euros no projeto do estacionamento inteligente é preciso explicar que o projeto foi financiado no âmbito das Smart Cities e o dinheiro só podia ser gasto neste tipo de projetos; Tomar foi um dos primeiros municípios a fazer um projeto desta natureza, que tem merecido a atenção de vários outros municípios para também o aplicarem noutros locais; o sistema está desenhado para que as câmaras contabilizem os veículos através da leitura das matrículas e tem havido problemas a esse nível, e persistem, mesmo depois de terem procedido à substituição das câmaras por outras com uma melhor tecnologia; melhorou bastante, mas algumas matrículas continuam a não ser lidas, por vezes até por questões de luminosidade, e a questão está a ser trabalhada, nomeadamente pela Softinsa, em parceria com outras empresas; também por isso, não tem sido feita uma grande divulgação do sistema, até porque é uma ferramenta que interessa mais aos visitantes do que aos residentes, que conhecem melhor os locais e as possibilidades de estacionamento. Recordou que o Açude de Pedra é um espaço privado e



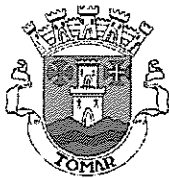
tentaram alguma negociação com o proprietário sendo certo que, de há dois anos para cá, não tem grande expectativa que, nos anos mais próximos, alguma coisa possa acontecer; por outro lado, na margem direita, existe um espaço que se conhece como Choupal, pertencente aos terrenos da Quinta da Granja, e a outro proprietário, com quem foram realizadas algumas reuniões para tentar chegar a acordo, e foram propostas várias soluções, incluindo o arrendamento, para que pudessem transformar o Choupal naquilo que está na memória dos tomarenses com idade igual ou superior à sua, um espaço para onde as pessoas se deslocavam para encontros, merendas e prática da pesca desportiva, entre outras atividades, até que, nos últimos trinta anos, ou perto disso, deixou de ser, por várias razões, entre elas o impedimento de acesso ao espaço e o seu estado de conservação; até ao momento, não lograram chegar a acordo com o proprietário que parece não saber ainda bem o que quer fazer com a Quinta da Granja, e ter algumas ilusões sobre aquilo que pode ou não pode ser feito, talvez devido a maus aconselhamentos. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão requereu a prestação de informação sobre o valor da poupança na iluminação pública, obtida pelo Município decorrente do contrato outorgado com a Ferrovia. Referiu que compreende a dificuldade técnica de leitura das matrículas, mas, segundo julga saber, as câmaras não se aplicam à grande maioria do estacionamento, que está dependente dos sensores instalados no chão, uma tecnologia completamente diferente e muito mais simples, e parece que também não estão a funcionar corretamente. -----

Em resposta o Sr. Presidente referiu que, segundo os técnicos, o problema reside nas câmaras e cria problemas no software que suporta a ferramenta. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que lhe parece uma boa opção apoiar ou estimular os particulares e as iniciativas privadas de comemoração do Natal e de animação da época natalícia, muito mais válida do que algum gasto excessivo que houve em anos anteriores com o mesmo objetivo; para além da poupança financeira que lhe parece acontecer, pode conseguir melhor resultado em termos de impacto e de dinâmica da cidade. Sublinhou o estado de degradação em que se encontra o outdoor instalado no IC nove, no troço entre Carregueiros e Venda Nova, com prejuízo para a imagem da cidade; não sendo uma coisa gravíssima, devia haver algum cuidado e alguma exigência para que fosse reparado ou substituído, e também para que aqueles equipamentos não sejam utilizados para anunciar eventos fora de prazo e de contexto. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que, este ano, a opção foi retomar a atividade que, até há dois anos atrás, era habitual na época natalícia, com os empresários, as instituições e



as associações locais a assumirem a animação na cidade e aproveitamento do que se faz na área do concelho, nomeadamente em Santa Cita e na Longra; nos dois últimos anos, a opção foi tentar fazer do Natal um evento com outra projeção, o que implicou um investimento maior, sendo certo que a maior parte do dinheiro ficou no concelho e foi gasto para contratar os jovens que, ao longo dos vinte e quatro dias estiveram a tomar conta do carrocel, do comboio e das barraquinhas, que eram quase todas de entidades locais, assim, como a animação que aconteceu. Realçou que percebe que se faça do outdoor um grande caso, mas quem passa não liga nenhuma ao facto de estar em piores condições, sendo certo que já foi recuperado uma vez e um novo vendaval voltou a causar danos. Referiu que se prevê a substituição de todos os outdoors no início do ano para uma nova campanha.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes salientou que o Sr. Presidente tenta desviar as atenções e desvalorizar os valores que foram gastos nas duas edições anteriores do Tomar Natal, e quer deixar bem claro que os jovens podem ter recebido algum dinheiro, mas gastaram-se mais de duzentos e cinquenta mil euros e deixaram de se fazer imensas obras, que são inscritas nas Grandes Opções do Plano, mas, ao longo do ano, os valores que lhes são alocados vão diminuindo e as obras passam de ano para ano, como se viu recentemente.-----

Em resposta, o Sr. Presidente reiterou que a maior parte do dinheiro ficou na economia local, nos jovens, nos artistas e nas associações, e é esse o objetivo em todos os eventos e atividades que promovem. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu nota que se vai realizar na Tenda do Mercado um encontro de partilha e convívio para celebrar a passagem de ano, com animação promovida pelas estruturas locais, com entrada livre. Convidou os tomarenses a celebrar a entrada do novo ano em comunidade. -----

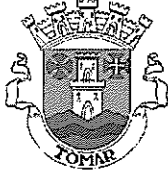
Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e três, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, cento e trinta e nove mil, setecentos e trinta e cinco euros e cinco cêntimos (3.139.735,05€) em Operações Orçamentais, e trezentos e dezoito mil, duzentos e vinte oito euros e setenta e nove cêntimos (318.228,79€) em Operações Não Orçamentais.-----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTA DO PRESIDENTE: -----

N.º 01 – APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA FREGUESIA



70

DE SÃO PEDRO DE TOMAR -----

Foi presente a seguinte proposta do Senhor Presidente: -----

“Considerando que o Lar de São Pedro é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que presta um importante serviço à Comunidade; -----

Considerando que os apoios que recebe do Estado central são insuficientes para a serviço que presta; -----

Considerando que em exemplos semelhantes o apoio prestado tem sido também no montante que agora se propõe; -----

Proponho que a câmara delibere a atribuição de 50.000€ à instituição referida.” -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o referido apoio, ao abrigo da alínea o) do nº 1 do artigo 33º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

A Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes não tomou parte nesta deliberação. ---
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR TOMARINVESTE: -----**N.º 02 – OFFÍCIO COWORK DE TOMAR – relatório de acompanhamento** -----

Foram presentes, para conhecimento, a informação n.º 165/2023 do Gabinete de Apoio ao Investidor Tomarinveste e o relatório de acompanhamento das empresas instaladas no Offício Cowork de Tomar, referente ao terceiro trimestre de 2023. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

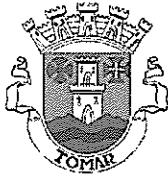
No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão perguntou se está a haver adesão ao projeto Glória Co-Working no âmbito do Protocolo de colaboração com o Município.-

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que é um espaço mais recente e não tem ainda o dinamismo do anterior, mas apresentará o respetivo relatório logo que seja possível. -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**N.º 03 – CEDÊNCIA DE VIATURA – Ginásio Clube de Tomar**-----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a cedência de viatura, no dia 9 de dezembro, para apoio a atividade do Ginásio Clube de Tomar, nos termos da informação n.º 10397/2023 do Departamento de Obras Municipais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3169/DOM/2023, de 7 de dezembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----



Handwritten signature

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 04 – CEDÊNCIA DE MATERIAL – Junta de Freguesia de Serra e Junceira -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência de 800 toneladas de agregado britado de granulometria extensa de 1.ª qualidade à Junta de Freguesia de Serra e Junceira, para reabilitação de estradas em terra batida de ligação entre lugares e arruamentos no interior dos mesmos, nos termos da informação n.º 10513/2023 do Departamento de Obras Municipais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a cedência de 800 toneladas de agregado britado de granulometria extensa de 1.ª qualidade, nas condições indicadas na informação n.º 10513/2023 do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 05 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA EN110, NO TROÇO ENTRE A PRACETA SANTO ANDRÉ E A AVENIDA MARIA DE LOURDES MELLO E CASTRO – receção definitiva -----

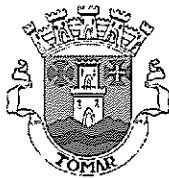
Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de receção definitiva dos elementos construtivos estruturais da obra de requalificação da EN110, no troço entre a Praceta Santo André e a Avenida Maria de Lourdes Mello e Castro, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 10298/2023 do Departamento de Obras Municipais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou homologar o auto de vistoria para efeitos de receção definitiva da obra de requalificação da EN110, no troço entre a Praceta Santo André e a Avenida Maria de Lourdes Mello e Castro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 06 - UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA DA REPÚBLICA - isenção de tarifas-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques referente à informação n.º 10674/2023 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a isenção das tarifas de estacionamento no PE1, nos dias 16 e 20 de outubro e 15 de novembro, no valor total de 6,80€ (seis euros e oitenta cêntimos), nos termos do n.º 5 do artigo 14.º do regulamento dos parques de estacionamento cobertos na cidade de Tomar. ----



72

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as referidas isenções, nos termos do n.º 6 do artigo 14.º do regulamento dos parques de estacionamento cobertos na cidade de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 07 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2+3 GUALDIM PAIS – Prorrogação do prazo para apresentação de propostas -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente referente à informação n.º 10716/2023 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a prorrogação do prazo para apresentação de propostas no concurso público da Empreitada de Requalificação da Escola 2+3 Gualdim Pais, tendo em conta os fundamentos apresentados pelos membros do júri do referido procedimento. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3211/DOM/2023, de 18 de dezembro, que autorizou a prorrogação do prazo para apresentação de propostas no concurso público da Empreitada de Requalificação da Escola 2+3 Gualdim Pais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, que apresentaram a seguinte declaração de voto: ---

“Antes de abordar a presente deliberação, importa dar nota prévia sobre a forma como a governação municipal socialista vem “empurrando” a revisão da Carta Educativa para o concelho de Tomar sem a concretizar. Levanta-se a questão se tal não será propositado, uma vez que na ausência de importante documento, são apresentados importantes investimentos, como esta requalificação, sem qualquer documento de apoio e de fundamentação, que entendemos como necessário e obrigatório, para além da auscultação de parceiros, nomeadamente, o Conselho Municipal de Educação. -----

A Carta Educativa é um instrumento de planeamento que permite adequar a rede educativa do concelho à procura previsível a médio/longo prazo, onde o reordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino constitui um fator fundamental na estratégia de desenvolvimento do concelho. A incapacidade de concluir a revisão deste documento é idêntica ao que temos assistido noutros domínios, em que se verifica a mesma gestão avulsa e ausência de estratégia. Que outra explicação existe para a posição do Presidente Hugo Cristóvão, responsável pelo pelouro da Educação, que classifica a Carta Educativa em vigor,



com mais de 2 décadas, como “fantasia”, mas em quase 10 anos foi incapaz de a rever e atualizar. -----

Sobre a requalificação da Escola EB 2+3 Gualdim Pais, a governação socialista e, em particular, o Presidente Hugo Cristóvão revelaram-se incapazes de justificar a necessidade de um investimento desta envergadura e a sua viabilidade no plano educacional do concelho. ---- São 4.370 milhões de euros, dinheiro dos contribuintes, tratados de forma leviana e que mesmo com financiamento europeu representam um investimento muito avultado. Valor esse que não inclui a requalificação da zona desportiva e que, a julgar pelo histórico socialista na gestão da obra pública, sofrerá derrapagens orçamentais com trabalhos complementares e trabalhos a mais. É muito dinheiro, demasiado dinheiro para que não haja um plano e fundamentação apropriada. -----

E, chegados agora à proposta de deliberação da prorrogação do prazo para apresentação de propostas no concurso público desta empreitada, confirma-se aquilo que os Vereadores do PSD tinham apontado aquando da análise ao projeto: -----

“Importa também salientar a necessidade de uma revisão de projeto dada a sua envergadura, algo que os Vereadores do PSD têm defendido por diversas vezes e que permitira minimizar os habituais erros na obra pública. É a própria técnica municipal que o recomenda na informação técnica: “dada a impossibilidade de proceder a uma análise técnica rigorosa para o feito, atempadamente, e tratando-se de projeto cuja classificação da obra (categoria III) e ao valor elevado do investimento, estimado em projeto que a obra possa ascender aos 4.370,775,98€, julgamos que antes do dar início ao processo de empreitada, será de proceder à prévia revisão de projeto, a efetuar por entidade qualificada para o efeito (lei 40/2015) e distinta do seu autor, permitindo assim antever erros e omissões, e conseqüentemente trabalhos a mais, conforme previsto no art. 43º nº2 do CCP (alteração introduzida no DL n.º 111-B/2017, de 31/08).” Lamentamos que a governação socialista não seja capaz de aceitar esta recomendação técnica e dos Vereadores do PSD.” -----

Conforme se pode verificar na Ata do Júri anexa à documentação, existe um “número elevado de pedidos de esclarecimento e listas de erros e omissões apresentados pelos concorrentes”, o que vem comprovar a necessidade do rigor na gestão da obra pública e da revisão de projeto, como temos vindo a alertar ao longo dos anos. -----

Por tudo isto, os Vereadores do PSD votam contra.” -----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que não é aceitável deixar cair o início dos procedimentos e os prazos de resposta em alturas que haverá



74

dificuldade em garantir a resposta, para além de que a lista de erros e omissões que as empresas fizeram chegar nesta fase do procedimento é imensa; o trabalho técnico começou há mais de um ano e seria expeável que a maioria das situações estivesse clarificada e não houvesse necessidade de prorrogação de prazo. Questionou quais são as eventuais consequências da prorrogação do prazo para apresentação das propostas, até vinte cinco de fevereiro, face à candidatura que terá sido submetida visando o financiamento da obra.-----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que estranha esta preocupação tendo em conta que os vereadores do PSD votaram contra o início deste procedimento, sendo certo que, nos termos da lei, é normal as empresas pedirem esclarecimentos e, sendo empresas de grande dimensão, bem secundadas, é de todo o interesse garantir que as respostas, que terão que ser apuradas entre os serviços municipais e o projetista, não venham, mais tarde, a suscitar outro tipo de reclamações ou tentativas de impugnação da proposta de adjudicação, e a causar ainda maior dilação de prazo. Salientou que querem que a obra avance o quanto antes, mas não há consequências previsíveis em termos de candidatura. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que é normal que os pedidos de esclarecimento das empresas sejam respondidos, mas não é normal que projetos desta natureza sejam deixados para estas alturas do ano, nomeadamente este, que está a ser trabalhado há mais de um ano, e devia estar muito mais oleado para que as respostas fossem claras e céleres.

Requeru a prestação de informação objetiva sobre a candidatura e os correspondentes prazos de execução. -----

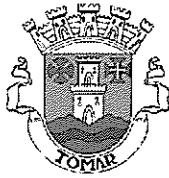
Em resposta, o Sr. Presidente realçou que os pedidos de esclarecimento das empresas não podiam ter acontecido antes e estão previstos na lei. -----

N.º 08 – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS ARRANJOS EXTERIORES E ARRUAMENTOS NO FLECHEIRO - 3ª FASE - Proposta de contenção da margem do rio -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente referente à informação n.º 10712/2023 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a realização de trabalhos complementares no valor 58.980,00€, acrescido de IVA, na Empreitada de Execução dos Arranjos Exteriores e Arruamentos no Flecheiro – 3ª Fase. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a realização dos trabalhos complementares, nos termos da informação nº 10712/2023 do Departamento de Obras Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira



Carrão e Luís António Antunes Francisco, que apresentaram a seguinte declaração de voto: ---
"A obra pública desta governação socialista apresenta, mais uma vez, trabalhos complementares, o que lamentamos pelo custo para o erário público e o inevitável atraso na conclusão da obra. -----

Nestes trabalhos complementares em concreto, não se compreende como estes trabalhos de contenção da margem do rio não estavam já contemplados no projeto inicial. -----

Além disso, tendo em conta que se trata da colocação de blocos de pedra calcária com cerca de 2 a 3 toneladas cada, estranhámos não ser necessário licença pelas entidades competentes conforme o Presidente Hugo Cristóvão indicou. -----

Por tudo isto, os Vereadores do PSD votam contra." -----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão estranhou que o projeto inicial não contemplasse a necessidade de contenção da margem do rio e que, estando em causa a colocação de uma determinada quantidade de blocos de pedra calcária, com peso unitário entre duas e três toneladas, alguns junto ao rio Nabão, não haja necessidade de obter licença ou autorização das entidades, e gostaria de ser esclarecido. Referiu que consta do processo um e-mail dos serviços a reiterar o convite ao projetista para uma visita à obra logo que possível, o que parece indiciar que ainda não o teria feito apesar de a obra estar a decorrer há quase nove meses; é estranho, se assim for, e seria bom que não acontecesse. Perguntou qual é a solução que está a ser pensada para os achados arqueológicos que foram objeto de uma publicação do Sr. Presidente e se deles vai decorrer alguma implicação para a obra em termos de trabalhos complementares, prazos ou outras. -----

Em resposta, o Sr. Presidente frisou que a tonelagem indicada é repartida pela quantidade de pedra que se espalha ao longo de uma extensão bastante considerável de margem, e vai ficar enterrada. Referiu que foi descoberto um forno romano de produção de tijolos e está a ser analisada a possibilidade da sua preservação, para ficar visível para quem usufrua do espaço; se isso for possível, com recurso a uma solução semelhante à que se usou junto ao Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, não terá grande impacto na obra, até porque é um espaço muito diminuto. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão disse que tem que contradizer o Sr. Presidente porque, de acordo com a informação técnica, cada pedra tem um peso entre duas e três toneladas, e continua a parecer estranho que um acrescento destes ao projeto inicial não tenha necessidade de parecer ou autorização das entidades competentes, e talvez fosse de esclarecer se não foram mesmo consultadas para dar parecer formal, ou se é simplesmente



uma opinião do Sr. Presidente. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que as regras estão definidas para o projeto e no próprio Plano; se estivessem a acrescentar algo que alterasse a cota ou o comportamento do rio teria que obrigatoriamente ser sujeito a parecer vinculativo da Agência Portuguesa do Ambiente, que é quase certo seria negativo; mas não há aumento de volume porque as pedras têm a função de garantir que não haja deslocamento do leito e das terras e ficam enterradas.-

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 09 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – KIK Têxteis e Non-Food, Unipessoal, limitada -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade à inauguração da nova loja Kik Têxteis em Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 5675/DAJA/2023. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1802/DAJA/2023, de 6 de dezembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 10 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Girod Médias Portugal, Sociedade Unipessoal Limitada -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a publicidade à abertura da Loja Aldi em Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 5747/DAJA/2023. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1834/DAJA/2023, de 11 de dezembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 11 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Girod Médias Portugal, Sociedade Unipessoal Limitada -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a publicidade à abertura da Loja Aldi em Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 5755/DAJA/2023. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1840/DAJA/2023, de 12 de dezembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



77

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 12 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Associação Cultural e Recreativa da Linhaceira -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Rita Freitas, referente à informação n.º 1646/2023 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento do preço de utilização do Pavilhão D. Nuno Álvares Pereira, de 2 de janeiro a 15 de fevereiro de 2024, para realização dos treinos das equipas de futsal bem como dos dias 13 de janeiro e 17 de fevereiro para a realização de jogos oficiais, promovido pela Associação Recreativa e Cultural da Linhaceira, nos termos e fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 13 – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL SITO NA RUA DOS CONSTRUTORES CIVIS – João Manuel Sampaio Stoffel Magalhães -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria n.º 32/2023, e as respetivas fichas de avaliação do nível de conservação do imóvel sito na Rua dos Construtores Civis, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, propriedade de João Manuel Sampaio Stoffel Magalhães, antes da realização de obras de reabilitação, nos termos e fundamentos da informação n.º 20006/2023 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou homologar o auto de vistoria n.º 32/2023 e as respetivas fichas de avaliação do nível de conservação, promovendo a audiência prévia dos interessados pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, a avaliação se considera definitiva para todos os devidos efeitos previstos na legislação em vigor. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 14 – DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL – atividade operacional no mês de novembro de 2023 -----



78

Foi presente, para conhecimento, informação relativa à atividade operacional da Divisão de Proteção civil no mês de novembro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 15 – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – dados estatísticos referentes ao ano de 2023 -----

Foram presentes, para conhecimento, os dados estatísticos do Centro de Recolha Oficial relativos ao mês de novembro, elaborados pelo Gabinete Médico Veterinário. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 16 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – abertura em dias feriados do ano de 2024 -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Rita Freitas submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de abertura e encerramento do Mercado Municipal em dias feriados do ano de 2024, precedida de inquérito de opinião junto dos vendedores.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta relativa à abertura e encerramento do Mercado Municipal em dias feriados do ano de 2024, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do regulamento de organização e funcionamento do Mercado Municipal de Tomar; -----

- fechado nos dias 13 de fevereiro e 1 de maio; -----

- aberto nos dias 1 e 29 de março, 25 de abril, 30 de maio, 15 de agosto, 5 de outubro e 1 de novembro).-----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, que apresentaram a seguinte declaração de voto: ---

"A proposta apresentada não contém qualquer documentação nem fundamentação que permita avaliar o processo de decisão, ficando no ar a dúvida se se trata de uma decisão arbitrária da governação socialista ou resultado da auscultação de vendedores e clientes. -----

Notamos que a proposta de encerrar no dia de Carnaval, 13.02.2024, poderá trazer dificuldades acrescidas aos vendedores que terão o mercado encerrado 3 dias seguintes. -----

Por último, preocupa-nos as declarações da Vereadora Rita Freita que afirmou que "o Mercado é fraquinho à terça-feira", o que poderá indiciar encerramentos futuros durante a semana em vez de se trabalhar para uma maior dinâmica do Mercado Municipal. -----

Por tudo isto, os Vereadores do PSD votam contra." -----



No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes perguntou se foram auscultados previamente os vendedores, e, eventualmente, também os clientes do mercado.--

Em resposta, a Sra. Vereadora Rita Freitas referiu que quem vai com alguma regularidade ao mercado consegue perceber o fluxo de pessoas à terça (reduzido), quarta e quinta-feira, e à sexta-feira e sábado, mas os vendedores foram auscultados e o resultado dos inquéritos poderá ser disponibilizado. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes frisou que essa informação não está no processo e lhe parece, até porque também frequenta o espaço com regularidade, que três dias seguidos de encerramento (onze, doze e treze de fevereiro) não faz qualquer sentido e é demasiado para os vendedores, atendendo até a natureza dos seus produtos, e para os eventuais compradores. Espera que não se queira chegar ao momento em que o mercado só é importante de quarta a sábado. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que a terça-feira já é provavelmente o dia mais fraco da semana e, sendo feriado no dia de carnaval, embora facultativo, parece muito evidente que ainda seria mais fraco; estar aberto com dois ou três vendedores e sem clientes, acarretaria custos de funcionamento e não traria boa imagem ao Mercado e quem gere também tem que ter estas questões em linha de conta. -----

N.º 17 – PREÇO DE BILHETES DE INGRESSO EM ESPETÁCULOS -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal o preço do bilhete de ingresso nos espetáculos que integram a regular programação do Cineteatro Paraíso, no período de janeiro a março de 2024, nos termos e fundamentos da informação n.º 1352/2023 da Divisão de Turismo e Cultura.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar os preços dos bilhetes de ingresso nos seguintes espetáculos: --

- 13 de janeiro – TRIO DE DAMAS - Concerto com Piano e Orquestra – 5,00€ (cinco euros); ---
- 24 de fevereiro - Kontra Relógio- 5,00€ (cinco euros);-----
- 2 de março - Orquestra Sinfónica de Thomar com Luis Madureira – 8,00€ (oito euros);-----
- 16 de março - THE LEGENDARY TIGERMAN – 12,00€ (doze euros).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 18 – LOJA DO TURISMO – PREÇOS DE VENDA -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal os preços de venda dos produtos identificados na Loja do Turismo, nos termos e fundamentos da informação n.º 1398/2023 da Divisão de Turismo e Cultura. -----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar os preços de venda na Loja do Turismo, dos seguintes produtos, incluindo o IVA: -----

Íman Cavaleiro Templário (Cerâmica) - 4,10€ (quatro euros e dez cêntimos); -----

Licor Templário - garrafa 500 ml - 20,00€ (vinte euros); -----

Licor Templário - garrafa 200 ml - 13,50€ (treze euros e cinquenta cêntimos); -----

Vinho "O Mordomo - reserva Tour 2019 - 0,75 lts" - 7,50€ (sete euros, cinquenta cêntimos); -

Íman Gualdim Pais reciclado - 6,50€ (seis euros, cinquenta cêntimos). -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes perguntou quem pode aceder a este local para vender este género de produtos e como. -----

Em resposta, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que a loja do turismo tem como objetivo promover o que de bom e de melhor os produtores e artesãos locais produzem no território; para que os produtos ali possam ser vendidos basta que apresentem os seus produtos e respetivos preços no Posto de Turismo. Realçou que têm havido boa adesão dos turistas e de muitos tomarenses que se deslocam à loja para comprar produtos locais, mas não se pretende fazer concorrência ao comércio local. -----

O Sr. Vereador Luis Francisco perguntou se na definição de preços são tidos em conta os preços de venda dos mesmos produtos noutras lojas da cidade por forma a respeitar a concorrência. -----

Em resposta, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que, no início, foi feito um levantamento de todas as lojas do concelho e dos preços praticados e estes são tidos em conta. -----

EXPEDIENTE: -----

N.º 19 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Sport Club Operário de Cem Soldos -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro, no dia 27 de dezembro, para atividade do Sport Club Operário de Cem Soldos, com o custo estimado de 164,73€ (cento e sessenta e quatro euros e setenta e três cêntimos), nos termos da informação n.º 5794/DAJA/2023. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou ceder o autocarro municipal. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----



Terminados os trabalhos, sendo onze horas e dez minutos, o Sr. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Maria João Brites da Costa Henriques, Chefe de Divisão, mandei escrever e subscrevo.-----

[Handwritten signature]

Maria João Brites da Costa Henriques
